



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Processo AdmE 0000229-02.2015.5.04.0000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 - A

Pregão Eletrônico nº 04/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, com sede na Av. Praia de Belas, nº. 1100, em Porto Alegre, RS, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, neste ato representado pela Sra. BÁRBARA BURGARDT CASALETI, Diretora-Geral Substituta e a empresa listada abaixo, classificada em **primeiro** lugar no **grupo 1** do **Pregão Eletrônico nº 04/2015**, conforme resultado publicado no DOU do dia 11/03/2015, **resolvem REGISTRAR OS PREÇOS**, nos termos do art. 15 da Lei 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e dos Decretos nºs. 3.555/2000, 3.722/2001, 5.450/2005 e 7.892/2013 e das demais disposições que seguem:

DO OBJETO

1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de **divisórias e portas para a reforma dos pavimentos 10 e 11** do prédio-sede deste Tribunal (Retrofit), visando atender às necessidades desse Tribunal, nas quantidades estabelecidas abaixo e em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 04/2015.

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Quant. Total	Preço unit. registrado (R\$)
1	1	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, e painéis e bandeiras com revestimento melamínico BP, preenchidas com lã de rocha (atenuação de 40dB), instaladas, conforme especificações técnicas e tipologia M2. Marca: <u>SULMAR</u>.	m²	488	410,00
	2	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis com vidro laminado lapidado duplo integral do piso ao forro, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia M9. Marca: <u>SULMAR</u>.	m²	49	980,00
	3	Porta para divisória, de abrir, 0,90m de largura, 2,10m de altura, com revestimento melamínico BP em ambas	un	47	1.900,00

		as faces, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia PM2. Marca: <u>SULMAR</u>.			
	4	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de vidro duplo 3mm + pvb + 3mm laminado, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM13. Marca: <u>SULMAR</u>.	un	3	6.500,00
	5	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM12. Marca: <u>SULMAR</u>.	un	3	6.500,00
	6	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, pé direito integral, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM14. Marca: <u>SULMAR</u>.	m²	3	6.500,00
Empresa	Marcenaria Sulmar Ltda.				
C.N.P.J.M.F.	89.278.519/0001-40				
Endereço	Rua Nestor Moreira, 631, Caxias do Sul/RS. CEP 95052-500				
Telefone	(54) 3213-7900				
E-mail	sular@sular.com.br ; vendas@sular.com.br				
Representante	Jair Biagio Canevese				
C.P.F.	257.777.930-53				
Representante	Sérgio Canevese				
C.P.F.	223.769.500-82				

1.1. Local da entrega: no local de instalação, no 10º e 11º pavimentos e no subsolo do prédio-sede deste Tribunal, situado na Av. Praia de Belas 1.100, em Porto Alegre - RS.

1.2. Prazo de entrega: 60 dias, contados da data de recebimento de cada Ordem de Fornecimento.

1.2.1. A alteração do prazo para entrega somente será admitida se presente alguma das hipóteses previstas no § 1.º do Art. 57 da Lei 8.666/1993. Os requerimentos de prorrogação de prazo para entrega de material deverão ser encaminhados, devidamente justificados, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de **10 dias** do prazo final para cumprimento da obrigação.

1.2.2. A contratada deverá comunicar a data da entrega das divisórias ao Assistente-

Chefe da Seção de Fiscalização, pelo telefone n.º (51) 3255-2236, com antecedência mínima de 2 dias úteis.

1.3. A contratação com o detentor do(s) preço(s) registrado(s) será formalizada por meio de emissão de nota de empenho, de acordo com a necessidade do órgão.

1.4. As demais condições de fornecimento constam no Edital Pregão Eletrônico nº 04/2015, e seus Anexos, que passam a fazer parte da presente Ata.

1.5. Antes da emissão da Nota de Empenho, este Tribunal realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como junto ao TST para fins de verificar a regularidade fiscal e trabalhista do detentor do(s) preço(s) registrado(s).

1.6. A garantia dos materiais será de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

2. Os preços registrados não obrigam o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região a firmar a(s) contratação(ões) que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro o fornecimento em igualdade de condições.

DAS ADESÕES

3. O órgão gerenciador da presente Ata será o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

4. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/2013, e na Lei nº 8.666/1993.

5. Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

7. O quantitativo decorrente das adesões à presente Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado.

7.1. Não haverá possibilidade de utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, quando este TRT já houver adquirido a totalidade do quantitativo registrado.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A presente Ata terá validade de 12 meses, nos termos do inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

8.1. A vigência da presente Ata inicia em 11/03/2015 e termina em 11/03/2016.

DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/1993, modificada pela Lei nº. 9.648/1998, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações correspondentes, e;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência do registro de preços, contudo, poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos materiais registrados, **cujas negociações deverão observar as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993.**

10.1. Na hipótese de fato superveniente que represente elevação de custos, diante da impossibilidade de honrar os preços registrados, caberá ao detentor do(s) preço(s) registrado(s) solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

10.1.1. O beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá solicitar o reequilíbrio dos preços registrados, mediante requerimento por escrito, no qual deverá apresentar a **demonstração analítica** da variação dos preços registrados, além de caracterizar a **superveniência do fato ensejador** do desequilíbrio.

10.1.2. Os demais fornecedores integrantes da ata de registro de preços serão convocados para igual oportunidade de negociação.

10.1.3. O detentor do(s) preço(s) registrado(s) será liberado das obrigações assumidas, caso a comunicação ocorra **antes da emissão da nota de empenho**, desde que comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

10.2. Na hipótese de os preços registrados tornarem-se superiores aos valores praticados no mercado, caberá ao TRT da 4ª Região convocar o(s) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) integrante(s) da ata de registro de preços para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1. O(s) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados no mercado será(ão) liberado(s) dos compromissos assumidos.

11. Não havendo êxito nas negociações, será revogada a Ata de Registro de Preços, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

12. O detentor do(s) preço(s) registrado(s) terá o seu registro cancelado, por meio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

12.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

12.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou;

12.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – a pedido do detentor do(s) preço(s) registrado(s).

14. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do detentor do(s) preço(s) registrado(s) aos órgãos participantes, se houver.

DO PAGAMENTO

15. Quando da aquisição dos materiais cujos preços encontram-se registrados, o pagamento será

realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil após a entrega do objeto, bem como do documento fiscal correspondente, na forma do item 39 do edital Pregão Eletrônico nº 04/2015.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16. Na hipótese de inexecução do objeto desta licitação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista no item 42 do edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015, poderão ser aplicadas à contratada, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue, **ou, acaso caracterizada a inexecução da Ata de Registro de Preços, sobre o valor do saldo registrado.**

16.1. A inexecução da Ata de Registro de Preços poderá ser caracterizada pelo atraso na entrega de qualquer das aquisições dela decorrentes, a critério da Administração.

16.2. Na hipótese de o valor do saldo registrado na Ata de Registro de Preços ser inferior ao valor do material não entregue, sobre este incidirá a multa.

17. Na hipótese de atraso na entrega dos materiais, fica estabelecido, a título de multa, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do material não entregue, por dia de atraso, até o limite de 80% (oitenta por cento) da multa por inexecução, prevista no item 16.

18. Os valores devidos a título de multa serão descontados da fatura a que fizer jus a contratada ou da garantia prestada. Não se verificando as hipóteses anteriores, a contratada deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, observados os limites propostos na Portaria MF nº 75/2012.

19. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento do detentor do(s) preço(s) registrado(s), este deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

19.1. Em qualquer caso, o detentor do(s) preço(s) registrado(s) será notificado por escrito, e terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar sua defesa.

20. Verificada a ocorrência de descumprimento durante a execução do contrato, será expedido ofício para apresentação de defesa prévia da contratada, que deve ser encaminhado por e-mail para o endereço clc.sancoes@trt4.jus.br, no prazo de 5 dias úteis.

20.1. A defesa prévia deverá ser acompanhada de eventuais provas ou de seu requerimento, na forma dos artigos 332 a 443 do Código de Processo Civil.

20.2. Da decisão proferida pela Administração, caberá recurso administrativo, no prazo de 5 dias úteis, que deverá ser entregue, na forma escrita, e protocolado na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS.

20.3. A não observância dos prazos descritos neste item opera sua decadência.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21. A fiscalização da presente ata será exercida pelo servidor Frederico Zerfass e, nos impedimentos e/ou afastamentos legais, por seu substituto. Ao fiscal incumbirão as seguintes responsabilidades:

- a) acompanhar os prazos de execução e a qualidade demandada;
- b) verificar a conformidade do bem entregue com aquele contratado.

21.1. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo formalmente consignado nos autos e comunicado ao detentor do(s) preço(s) registrado(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

21.2. As informações e os esclarecimentos solicitados pelo detentor do(s) preço(s) registrado(s) poderão ser prestados pelo Fiscal do Contrato.

22. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e divulgado no site www.trt4.jus.br.

23. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 04/2015.

24. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata.

E por estarem de acordo com as disposições contidas nesta Ata, assinam as partes o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma.

Porto Alegre/RS, 11 de março de 2015.

Pelo TRT da 4ª Região	Pelo detentor do(s) preço(s) registrado(s)
<hr/> BÁRBARA BURGARDT CASALETTI Diretora-Geral Substituta	<hr/> JAIR BIAGIO CANEVESE Sócio-Administrador <hr/> SÉRGIO CANEVESE Sócio-Administrador



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Processo AdmE 0000229-02.2015.5.04.0000

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 04/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT da 4ª Região), com sede na Av. Praia de Belas n.º 1.100, em Porto Alegre – RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.520.619/0001-52, torna público que realizará o **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 04/2015** do tipo menor preço, visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para a aquisição de **divisórias e portas (Retrofit)**, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto nas Leis ns.º 8.666/1993, 10.520/2002, na Lei Complementar n.º 123/2006 e nos Decretos n.ºs 3.555/2000, 3.693/2000, 3.784/2001 e 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente a legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

DO OBJETO

1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** visando à eventual aquisição de **divisórias e portas para a reforma dos pavimentos** 10 e 11 do prédio-sede deste Tribunal (Retrofit), conforme especificações constantes no Anexo I – Discriminação e subitem 1.3 infra.

1.1. **Prazo para entrega** do material não superior a **60 dias**, contados da data de recebimento de cada Ordem de Fornecimento.

1.1.1. A alteração do prazo para entrega somente será admitida se presente alguma das hipóteses previstas no § 1.º do Art. 57 da Lei 8.666/1993. Os requerimentos de prorrogação de prazo para entrega de material deverão ser encaminhados, devidamente justificados, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 10 dias do prazo final para cumprimento da obrigação.

1.1.2. A contratada deverá comunicar a data da entrega das divisórias ao Assistente-Chefe da Seção de Fiscalização, pelo telefone n.º (51) 3255-2236, com antecedência mínima de 2 dias úteis.

1.2. O material deverá ser entregue no local de instalação, no 10º e 11º pavimentos e no subsolo do prédio-sede deste Tribunal, situado na Av. Praia de Belas 1.100, em Porto Alegre/RS.

1.3. A aquisição seguirá os quantitativos discriminados na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quant. Total a registrar	Preço unitário estimado (R\$)
1	1	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, e painéis e bandeiras com revestimento melamínico BP, preenchidas com lã de rocha (atenuação de 40dB), instaladas, conforme especificações técnicas e tipologia M2.	m²	488	938,73
	2	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis com vidro laminado lapidado duplo integral do piso ao forro, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia M9.	m²	49	1.086,45
	3	Porta para divisória, de abrir, 0,90m de largura, 2,10m de altura, com revestimento melamínico BP em ambas as faces, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia PM2.	un	47	3.299,51
	4	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de vidro duplo 3mm + pvb + 3mm laminado, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM13.	un	3	9.947,95
	5	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM12.	un	3	9.748,95
	6	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, pé direito integral, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM14.	un	3	10.278,36

Grupo	Item	Descrição	Unidade	Quant. Total a registrar	Preço unitário estimado (R\$)
2	7	Divisória leve 35mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis MSO revestidos em ambas as faces com revestimento melamínico cor "Areia Jundiá", montantes duplos, rodapés seccionados, inclusive portas, conforme especificações técnicas.	m²	1.200	95,32
	8	Vidro liso incolor 4mm assentado sobre gaxetas de EPDM, incluindo baguetes de alumínio e demais acessórios necessários à montagem em divisórias, conforme especificações técnicas.	m²	150	87,27

1.4 O **preço unitário máximo não poderá exceder em 10% (dez por cento) o “preço unitário estimado” por este Tribunal**, conforme [item 1.3](#) deste Edital.

1.5. Os preços registrados não obrigam o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região a firmar a(s) contratação(ões) que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao(s) beneficiário(s) do registro o fornecimento em igualdade de condições.

1.6. O prazo de vigência do presente Registro de Preços será de **12 meses**.

1.7. A ata de registro de preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades não participantes, observados os termos do art. 22, § 3º e § 4º do Decreto 7.892/2013:

a) as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na ata de registro de preços;
b) eventuais aquisições adicionais pelos órgãos não participantes da ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado.

1.7.1. Os órgãos ou entidades não participantes do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão realizar consulta prévia junto a este TRT, a fim de verificar a possibilidade de adesão.

1.7.2. Não haverá possibilidade de utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, quando este TRT já houver adquirido a totalidade do quantitativo registrado.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2. O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação.

3. As propostas serão recebidas até às **11h** do dia **23.02.2015**, sendo que a sessão de disputa de preços (oferta de lances) será aberta pelo pregoeiro, na mesma data, após a abertura e análise das propostas.

3.1. Se, em decorrência de indisponibilidade do sistema eletrônico do **COMPASNET**, não for possível abrir as propostas até o horário previsto para a sessão de disputa de preços, a abertura de propostas, bem como a sessão de disputa de preços ficam automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

3.2. Será utilizado como referência de tempo o horário de Brasília/DF.

4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 4ª Região, designado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Comprasnet”, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço www.comprasnet.gov.br.

4.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) atuará como provedor do sistema eletrônico.

5. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do presente Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados junto ao sistema “**Comprasnet**”, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço www.comprasnet.gov.br, bem como possuírem registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

7. Somente poderão participar desta licitação, as empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente Pregão e que atendam ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

8. Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas de licitar e contratar com o TRT da 4ª Região.

9. Os impedimentos, caso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA “COMPRASNET”

10. Para acesso ao sistema eletrônico “Comprasnet”, os interessados em participar da licitação deverão estar devidamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

10.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 4ª Região ou ao provedor do sistema eletrônico a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

10.3. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

11. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da chave de acesso e senha privativa do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário estabelecidos no **item 3** do presente Edital.

12. O sistema de licitações poderá ser acessado diretamente no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, opção “Serviços do Portal - Serviços aos Fornecedores”.

12.1. Em caso de dúvidas relativas ao sistema “Comprasnet”, as interessadas devem entrar em contato com as Centrais de Atendimento “Comprasnet” ou “SIASG” pelo telefone 0800-9782329.

13. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sendo que a apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas no presente Instrumento Convocatório, sendo vedada, em qualquer hipótese, a identificação da licitante.

14. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances.

15. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

15.1. A sessão pública compreende, sucessivamente:

- a) a abertura das propostas;
- b) a análise da proposta de menor preço e dos documentos de habilitação da respectiva licitante, os quais deverão ser apresentados na forma do [subitem 29.2.1](#) deste Edital;
- c) a declaração de vencedor.

16. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente pelo sistema eletrônico, observados os prazos definidos no presente Edital, **ocasião em que a licitante deverá:**

16.1. Informar os **preços unitários de cada item**, em moeda corrente nacional (Real), obrigatoriamente com duas casas decimais (centavos de Real), incluindo eventuais descontos ou acréscimos, inclusive os decorrentes de insumos, impostos, taxas e demais encargos inerentes à prestação do objeto.

16.2. Proceder a **descrição** do objeto, de modo a demonstrar as **especificações do material ofertado**.

16.3. Indicar a **marca** do produto ofertado.

17. Para fins de obtenção dos benefícios previstos na LC 123/2006, as licitantes deverão declarar no sistema COMPRASNET a condição de **microempresas** ou

empresas de pequeno porte.

18. A ausência da declaração constante no item 17 implica decadência ao respectivo direito de preferência.

18.1. A falsidade da manifestação, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista no item 42 deste Edital.

19. O prazo de validade da proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

20. Não serão admitidas propostas que ofereçam quantidades inferiores às discriminadas neste Edital.

DA ABERTURA DA SESSÃO

21. A partir do horário previsto no sistema e informado no **item 3** do presente Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a sua aceitabilidade.

21.1. Na eventualidade de, após a abertura das propostas, o sistema apresentar indisponibilidade momentânea superior a 30 minutos, que impossibilite a realização da sessão de disputa, o Pregoeiro agendará nova data e horário para sua realização. Os interessados serão informados mediante mensagem enviada por meio do sistema eletrônico.

21.2. Iniciada a sessão, não mais caberá desistência da proposta, cancelamento, retificações ou alterações nas condições estabelecidas. Os erros ou equívocos porventura ocorridos, inclusive em termos de preço, serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, no caso de erro para mais, qualquer recurso, tampouco no caso de erro para menos, eximir-se da entrega do material, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.3. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

21.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, que será realizado no endereço eletrônico utilizado para divulgação e/ou mediante mensagem encaminhada por meio do sistema COMPRASNET.

22. Aberta a etapa competitiva, na data/hora prevista no **item 3** deste Edital, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, sendo que a cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento, do respectivo horário de registro e do valor.

23. A etapa de lances terá o tempo inicial de **5 minutos**, cujo aviso de fechamento iminente será emitido pelo sistema eletrônico. Após o encerramento do tempo inicial, transcorrerá o acréscimo de tempo extra, determinado aleatoriamente pelo sistema, que será de, no máximo, 30 minutos, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

23.1. Somente serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo mesmo licitante.

23.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo

aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

24. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

25. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de “tempo extra” (aleatório), findo o qual será encerrada a recepção de lances. Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

26. O sistema informará a proposta de menor preço, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

27. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **menor preço por grupo**.

27.1. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no presente Edital, sendo que serão desclassificadas aquelas que:

- a) não atenderem às especificações exigidas no presente Edital, ou cujas especificações se apresentarem omissas ou vagas a ponto de comprometer o entendimento de seu conteúdo.
- b) denotarem evidente erro na formulação do preço, bem como apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) apresentarem preços alternativos.

27.2. Após verificação da conformidade, na forma do [subitem 27.1](#) do presente Edital, as propostas que apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital serão classificadas para a etapa de apresentação de lances.

27.2.1. Às licitantes classificadas será dada oportunidade para nova disputa, mediante apresentação de lances, as quais deverão ser formuladas de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, em relação à proposta de menor preço.

27.3. Na hipótese de não ocorrer oferta de lances, será feita a verificação de conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

27.3.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate se fará mediante sorteio a ser realizado em sessão pública, para o qual serão convocados todos os participantes.

28. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o sistema “**Comprasnet**” verificará a aplicabilidade das condições de preferência previstas na LC 123/2006.

29. A seguir, o Pregoeiro decidirá acerca da aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, assegurando-lhe o direito ao registro do(s) preço(s), que ocorrerá mediante lavratura da ata ([Anexo II](#)), após a homologação do procedimento licitatório.

29.1. A análise da exequibilidade levará em consideração a média das propostas válidas, excluídas do cálculo àquelas cujos preços superem em mais de 30% (trinta por cento) o valor estimado para a contratação do objeto.

29.1.1. Haverá indício de inexecuibilidade sempre que o valor da proposta de menor preço for inferior a 70% (setenta por cento) do valor médio das propostas, obtido na forma do *caput* deste subitem, hipótese em que será obrigatória a realização de diligências para aferir a sua exequibilidade.

29.2. Sendo aceitável a proposta de menor preço, caberá à adjudicatária encaminhar a **proposta de preços** ([Anexo III - Modelo de Proposta](#)), devidamente atualizada ao último lance proposto para o(s) item(ns), bem como demonstrar o atendimento aos **requisitos de habilitação**.

29.2.1. A **proposta de preços** (Anexo III - Modelo de Proposta) deverá ser anexada no campo próprio do sistema, no prazo máximo de **60 minutos** a contar da convocação para “envio de anexo” realizada pelo Pregoeiro.

29.2.1.1. Na eventual impossibilidade de envio do anexo por meio do sistema eletrônico, alternativamente, admite-se o envio de correspondência eletrônica para o endereço “pregao@trt4.jus.br”.

29.2.2. A adjudicatária deverá, ainda, encaminhar ao Pregoeiro por meio de correspondência eletrônica, para o endereço pregao@trt4.jus.br, no prazo de **3 horas** a contar do encerramento da etapa de lances da sessão pública, eventuais **documentos exigidos para a habilitação** (relacionados no item 30 do presente Edital), não disponibilizados nos termos do subitem 30.2.

29.2.3. Os **documentos de habilitação** cuja autenticidade não possa ser verificada na *internet*, deverão ser apresentados em cópia autenticada ou em cópia acompanhada do original para autenticação, **no prazo máximo de 3 dias**, na Coordenadoria de Licitações e Contratos deste Tribunal, sita na Av. Praia de Belas, nº 1100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre - RS (CEP 90110-903).

29.3. Se for verificado que a proposta não atende às especificações técnicas do objeto, caso a oferta não seja aceita ou, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a confirmação das condições habilitatórias da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao especificado no Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

29.4. É facultado ao Pregoeiro promover, previamente à homologação da licitação, diligências no sentido de obter a comprovação do atendimento às especificações técnicas contidas na proposta, acerca dos materiais adjudicados.

29.4.1. A comprovação, de responsabilidade exclusiva da licitante, poderá ser realizada mediante apresentação de documentação técnica e/ou amostras do material ofertado, desde que contemple as informações necessárias à comprovação.

29.4.2. A documentação técnica referida no subitem anterior deverá ser entregue na Coordenadoria de Licitações e Contratos deste TRT, no prazo máximo 3 dias úteis, contados a partir da solicitação, sob pena de desclassificação da respectiva proposta.

DA HABILITAÇÃO

30. Com base no que dispõe o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, a habilitação à presente licitação será feita mediante a apresentação, conforme disposto no **subitem 29.2 deste Edital**, dos documentos a seguir relacionados, os quais devem estar em plena validade:

a) Habilitação Jurídica, conforme o caso:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.3) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.4) decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, consistindo na apresentação de certidão conjunta relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Receita Federal do Brasil;

c) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa a **Previdência Social (INSS)**;

e) prova de regularidade relativa ao **FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**;

f) prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida no portal do TST.

30.1. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual deverá incluir todos os tributos Estaduais.

30.2. A verificação do atendimento aos requisitos de habilitação, referidos nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” será realizada mediante consulta ao SICAF, bem como, se for o caso, feita a consulta *on-line* nos sites das entidades responsáveis pela emissão das respectivas certidões negativas, além da verificação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

30.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, na forma deste edital, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.

30.3.1. Havendo alguma **restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, ao critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada enviar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa para o e-mail pregao@trt4.jus.br.

30.3.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 30.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

31. A falta de quaisquer dos documentos relacionados no item 30 deste Edital implicará inabilitação da interessada.

32. Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor.

DOS RECURSOS

33. Encerrada a etapa de lances, após o julgamento das propostas, o Pregoeiro informará **o prazo em que o sistema ficará disponível para o registro de intenção de recurso, que será de 2 horas**.

33.1. Na ocasião da manifestação de intenção de recorrer, as licitantes deverão informar, no campo próprio do sistema COMPRASNET, a síntese da motivação do recurso.

33.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

33.2. Na hipótese de aceitação do recurso, as razões do recurso deverão ser

inseridas, no campo próprio do sistema COMPRASNET, no prazo máximo de 3 dias contados da data da manifestação de interesse.

33.3. Na hipótese de apresentação de razões de recurso, as demais licitantes deverão inserir as eventuais contrarrazões, em campo próprio do sistema COMPRASNET em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

DO REGISTRO DE PREÇOS

34. Na homologação do Pregão Eletrônico, o sistema verificará a existência de licitantes aptos a **ADERIR ao cadastro de reserva pelo preço do primeiro colocado**. Caso haja fornecedores nesta condição, a autoridade competente fará a convocação no sistema, estabelecendo um prazo mínimo de 24 horas para que estes se manifestem. Dentro do prazo definido, cabe ao interessado registrar no sistema a intenção de participar do cadastro de reserva.

34.1. Após a homologação da presente licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços ([Anexo II](#)), visando a eventuais contratações futuras, na qual será(ão) registrado(s) o(s) preço(s) da(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) no(s) respectivo(s) item(ns).

34.2. Fica estabelecido o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para que a(s) licitante(s) compareça(m) na Coordenadoria de Licitações e Contratos, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre - RS, de modo que seja lavrada a Ata de Registro de Preços.

34.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por 1 (um) representante que venha a responder por sua representada, devendo esse se identificar, mediante apresentação de sua Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, sendo indispensável, ainda, a apresentação dos seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação, ou publicação oficial, os quais farão parte do processo licitatório:

a) ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores, quando a licitante for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

b) **procuração particular ou carta de credenciamento**, estabelecendo poderes para representar a licitante, expressamente quanto à formulação de propostas e a praticar todos os demais atos inerentes ao Pregão, acompanhada de 1 (um) dos documentos citados na alínea anterior, conforme o caso, para fins de confirmação dos poderes para subscrevê-la, ou ainda, cópia autenticada de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de preposto;

34.4. Alternativamente, a Ata de Registro de Preços poderá ser encaminhada à(s) licitante(s) para assinatura, via correspondência eletrônica. Neste caso, a(s) licitante(s) deverá(ão) devolvê-la assinada a este Tribunal, observado o disposto nos subitens [34.2 e 34.3](#).

35. Decairá do direito ao registro do(s) preço(s) a licitante que, regularmente convocada, não comparecer para a lavratura da Ata de Registro de Preços no prazo estipulado no item anterior, hipótese em que se caracterizará a inexecução total do objeto, sujeitando-se a(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s) às sanções administrativas previstas no presente Edital.

36. Nos termos do disposto no Decreto 7.892/2013, art.13, parágrafo único, ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, este Tribunal reserva-se o direito de convocar as licitantes remanescentes.

DA CONTRATAÇÃO

37. A contratação do objeto será efetivada mediante aceite, pela(s) adjudicada(s), da devida nota de empenho, após a homologação da presente licitação.

37.1. Como condição para contratação, prorrogações e acréscimos contratuais, a licitante vencedora deste certame deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 30 deste Edital. Na hipótese de as provas de regularidade não se encontrarem disponíveis nas respectivas *homepages*, a licitante deverá providenciar sua emissão no prazo máximo de 10 dias úteis contados da intimação deste Tribunal.

37.2. Fica estabelecido o **prazo de 2 dias úteis**, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para a licitante aceitar a respectiva nota de empenho, a qual substitui, neste procedimento licitatório, o instrumento de contrato, sob pena de caracterizar-se inexecução do objeto, hipótese em que ficará a adjudicatária sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

38. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não aceitar a nota de empenho no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, não apresentar situação regular perante o sistema da Seguridade Social e/ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

DO PAGAMENTO

39. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil após a entrega do objeto, bem como do documento fiscal correspondente, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP.

39.1. A contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para fornecimento do material objeto da presente licitação, nos termos do Protocolo ICMS 42/2009 e inciso VIII do art. 26-A do Livro II do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.

39.2. Na hipótese de a proposta ser apresentada pela matriz e o faturamento for realizado por CNPJ de filial, ou vice-versa, tal condição deverá constar expressamente da proposta, na qual deverão ser informados os respectivos números de CNPJ, bem como a licitante deverá encaminhar, para fins de habilitação, as provas de regularidade fiscal pertinente a ambos os números.

39.3. Para empresas optantes pelo SIMPLES - Sist. Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no *caput* deste item somente deixará de ser efetuada caso a licitante apresente, juntamente com o documento fiscal correspondente, a **declaração de opção**, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, art. 4º, inciso XI, e art. 6º.

39.4. A forma de pagamento referida no *caput* deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

39.5. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

39.6. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no [subitem 37.1](#) deste Edital estiverem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a licitante deverá providenciar a regularização.

39.7. Na eventualidade de atraso no pagamento entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos por este TRT:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

39.7.1. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da contratada para o atraso no pagamento.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

40. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do registro de preços, contudo, poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos materiais registrados, **cuja negociação deverá observar as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993.**

40.1. Na hipótese de fato superveniente que represente elevação de custos, diante da impossibilidade de honrar os preços registrados, caberá ao detentor do(s) preço(s) registrado(s) solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

40.1.1. O fornecedor deverá solicitar o reequilíbrio dos preços registrados, mediante requerimento por escrito, no qual deverá apresentar a **demonstração analítica** da variação dos preços registrados, além de caracterizar a **superveniência do fato ensejador** do desequilíbrio.

40.1.2. Os demais fornecedores integrantes da ata de registro de preços serão convocados para igual oportunidade de negociação.

40.1.3. O fornecedor será liberado das obrigações assumidas, caso a comunicação ocorra **antes da emissão da nota de empenho**, desde que comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

40.2. Na hipótese de os preços registrados tornarem-se superiores aos valores praticados no mercado, caberá ao TRT da 4ª Região convocar os fornecedores integrantes da ata de registro de preços para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

40.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados no mercado serão liberados dos compromissos assumidos.

41. Não havendo êxito nas negociações, será revogada a Ata de Registro de Preços, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

42. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução do certame, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos.

43. A licitante que deixar de demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 30 e do subitem 29.2 deste Edital, ficará sujeita à multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta.

43.1. A multa prevista no **caput** deste item ficará limitada ao percentual de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da empresa, cujas demonstrações contábeis deverão ser anexadas ao processo, se for o caso, por ocasião da defesa prévia.

44. Na hipótese de inexecução do objeto desta licitação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista no item 42, poderão ser aplicadas à contratada, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue, ou, acaso caracterizada a inexecução da Ata de Registro de Preços, sobre o valor do saldo registrado.

44.1. A inexecução da Ata de Registro de Preços poderá ser caracterizada pelo atraso na entrega de qualquer das aquisições dela decorrentes, ao critério da Administração.

44.2. Na hipótese de o valor do saldo registrado na Ata de Registro de Preços ser inferior ao valor do material não entregue, sobre este incidirá a multa.

45. Na hipótese de atraso na entrega dos materiais, fica estabelecido, a título de multa, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do material não entregue, por dia de atraso, até o limite de 80% (oitenta por cento) da multa por inexecução, prevista no item 44.

46. Os valores devidos a título de multa serão descontados da fatura a que fizer jus a contratada ou da garantia prestada. Não se verificando as hipóteses anteriores, a contratada deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, observados os limites propostos na Portaria MF nº 75/2012.

47. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento da contratada, esta deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

47.1. Em qualquer caso, a contratada será notificada por escrito, e terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar sua defesa.

48. Verificada a ocorrência de descumprimento durante a execução do contrato, será expedido ofício para apresentação de defesa prévia da contratada, que deve ser encaminhado por e-mail para o endereço clc.sancoes@trt4.jus.br, no prazo de 5 dias úteis.

48.1. A defesa prévia deverá ser acompanhada de eventuais provas ou de seu requerimento, na forma dos artigos 332 a 443 do Código de Processo Civil.

48.2. Da decisão proferida pela Administração, caberá recurso administrativo, no prazo de 5 dias úteis, que deverá ser entregue, na forma escrita, e protocolado na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS.

48.3. A não observância dos prazos descritos neste item opera sua decadência.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

49. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/1993, modificada pela Lei nº. 9.648/1998, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações correspondentes, e;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

50. As normas disciplinadoras deste Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

50.1. Os prazos para apresentação das propostas e/ou documentação, definidos nos item 29 deste Edital, poderão ser prorrogados pelo pregoeiro, observado o interesse da Administração.

51. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

52. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

53. Na forma do inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993, a contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

53.1. Caso este TRT verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a contratada será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.

53.2. Em caso de não atendimento à determinação constante no subitem anterior, a contratada incorrerá em inexecução contratual.

54. A contratada obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da ata de registro de preços, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço sal@trt4.jus.br.

55. O TRT da 4ª Região poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, na forma do art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

56. Quando o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor, mediante justificativa, não aceitar reduzir os preços, o TRT poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade das justificativas e dos comprovantes apresentados.

56.1. O TRT da 4ª Região realizará, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

56.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

57. O fornecedor terá seu registro cancelado, sem prejuízo das sanções cabíveis, sempre que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

58. Eventuais recursos decorrentes da presente licitação, exceto aquele disciplinado no item 33, supra, que possui regramento próprio, deverão ser apresentados por escrito (razões e/ou contrarrazões), na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio

administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS (CEP 90110-903).

59. O prazo de entrega do material, referido no subitem 1.1 e o prazo de validade da proposta, referido no item 19 são cláusulas indisponíveis à licitante. Portanto, serão desconsiderados quaisquer outros prazos relativos aos itens em questão, porventura dispostos na proposta.

60. Na hipótese de haver divergência entre os termos do presente Edital e os termos do Anexo I do Edital - Discriminação, prevalece o disposto no presente Edital.

61. A Fiscalização será exercida pelo servidor Frederico Zerfass, Assistente da Seção de Fiscalização de Obras e Serviços deste Tribunal, localizada na Av. Praia de Belas, nº 1.100, Prédio Administrativo, 5º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS, telefone nº (51)3255-2483 e-mail fzerfass@trt4.jus.br.

62. Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados para este Tribunal no Orçamento Geral da União para o exercício de 2015 e 2016, Programa de Trabalho 085080 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Classificação 4490525102 – divisória e 3390302400 - material para manutenção de bens imóveis, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

63. A prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação sujeita o agente às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, Capítulo IV, Seção III.

64. São partes integrantes deste Edital:

64.1. Anexo I – Discriminação (2 páginas);

64.1.1. Anexo I da Discriminação – Desenhos (1 página);

64.2. Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços (8 páginas);

64.3. Anexo III – Modelo de Proposta (2 páginas);

65. As eventuais impugnações deverão ser apresentadas pelo e-mail **pregao@trt4.jus.br** ou entregues na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS (CEP 90110-903), até o segundo dia útil que anteceder a data marcada para a sessão pública para abertura das propostas referentes ao presente Pregão Eletrônico.

66. Solicitações de esclarecimento deverão ser encaminhadas pelo e-mail **pregao@trt4.jus.br**, em até 3 dias úteis anteriores à data fixada para a sessão pública para abertura das propostas referentes ao presente Pregão Eletrônico..

66.1. Os questionamentos apresentados, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no *site* deste Tribunal, no endereço **www.trt4.jus.br**, opção “Transparência”- “Contas Públicas”- “Licitações” - “Licitações em andamento”, ficando as interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

67. As interessadas em participar do presente certame poderão encaminhar e-mail para o endereço **pregao@trt4.jus.br** informando seus dados (razão social, CNPJ, telefone e endereço eletrônico) e o número da licitação, sob pena de não serem notificadas das alterações que eventualmente este Edital venha a sofrer, não sendo seu envio vinculativo para a participação.

68. As interessadas deverão observar, para fins de contagem de prazos, o horário de

expediente do Órgão (das 10h às 18h), inclusive, na hipótese de encaminhamentos de documentos e/ou petições por meio de mensagens eletrônicas para o endereço *pregao@trt4.jus.br*.

Porto Alegre/RS, 05 de fevereiro de 2015.

ANDRÉ MAGNUS MARTINS
Coordenador de Licitações e Contratos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO

Especificação Técnica do Grupo I - Divisórias moduladas com espessura entre 90mm e 100mm.

1. Divisórias leves, tipo “ piso-teto”, com estrutura em alumínio extrudado, anodizado na cor natural, com espessura entre 90mm e 100mm, modulação entre 900mm e 1250mm, com sistema de passagem de fiação elétrica e de telecomunicações (possibilidade de instalação de cabeamento UTP cat. 6), fechados com painéis cegos ou de vidro, ou ambos.
2. A estrutura da divisória deverá possibilitar a montagem e desmontagem independente de cada painel, sem a necessidade de desmontar outros painéis.
3. Os painéis deverão possuir preenchimento com lã de rocha, ou outro isolante acústico, de forma a garantir atenuação sonora mínima de 40dB (quarenta decibéis), ou mais. O sistema deverá possuir laudo de ensaio de isolamento sonoro, de acordo com as normas ISO 10140-1:2010 (antiga ISO 140-3) e ISO 717-1, fornecido por laboratório acreditado pelo INMETRO.
4. O sistema de passagem de fiação elétrica e de telecomunicações deverá permitir fácil acesso ao cabeamento, tanto durante a instalação quanto em manutenções.
5. O sistema de divisórias deverá possuir certificado de conformidade à norma NBR 15.141 – Móveis para escritório – Divisória modular tipo piso-teto, expedido por laboratório acreditado.
6. Os painéis opacos deverão ser de MDF ou aglomerado, com espessura mínima de 15mm, com revestimento melamínico de baixa pressão, padrão “Noce Malaga”, ref. “MaDeFibra BP” linha “Original”, marca “Duratex”, ou similar.
7. Os vidros deverão ser laminados, com 3+3mm de espessura, e bordas lapidadas. Nos painéis parciais e nas bandeiras, os vidros deverão ser incolor. Nos painéis de vidro integral do piso ao forro, os vidros terão a cor definida pela fiscalização deste Tribunal.
8. Os painéis com vidros deverão ser montados com duas placas de vidro, no mesmo plano do revestimento opaco, de forma a deixar uma câmara de ar no interior do painel.
9. As portas deverão vir completas, com dobradiças, maçanetas, fechaduras, chaves, entre outros componentes necessários para o perfeito funcionamento e acabamento da porta.
10. As divisórias deverão ser entregues instaladas nos locais indicados pela Fiscalização deste Tribunal, por mão-de-obra qualificada. Não serão aceitas divisórias montadas fora do prumo, fora de esquadro, fora de posição, com portas mal instaladas, com tipologia diferente do solicitado, ou ainda, com defeitos de acabamento ou montagem.
11. As divisórias deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias após a Ordem de Fornecimento.



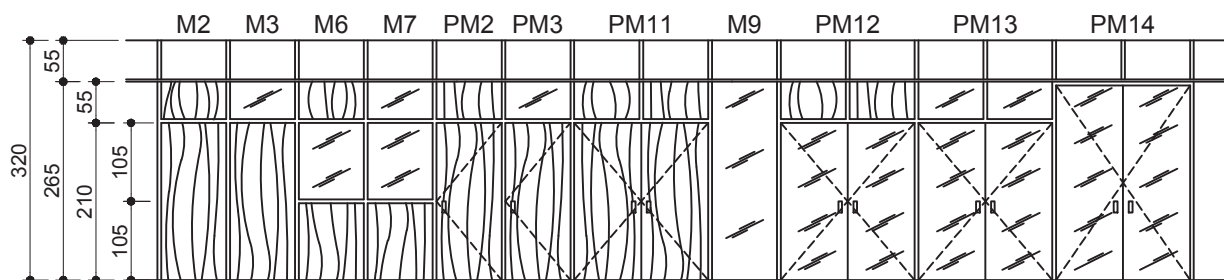
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Especificação Técnica do Grupo II - Divisórias moduladas com espessura de 35mm.

1. Divisórias leves, tipo “piso-teto”, com estrutura em alumínio extrudado, anodizado na cor natural, com espessura de 35mm, modulação de 1.224mm, com montantes duplos e rodapés seccionados, fechados com painéis cegos ou de vidro, ou ambos. Ref. “Divilux”, marca “Eucatex”, ou similar.
2. A estrutura da divisória deverá possibilitar a montagem e desmontagem independente de cada painel, sem a necessidade de desmontar outros painéis.
3. Os painéis opacos deverão ser de MSO (painel tipo “honeycomb”), com espessura mínima de 35mm, com revestimento melamínico de baixa pressão, na cor “Areia Jundiá”, em ambas as faces, e requadro de madeira interno para melhor fixação das travessas e montantes.
4. Os vidros deverão ser lisos, planos e incolores, com 3mm de espessura.
5. Os painéis com vidros deverão ser montados com uma placa de vidro, no eixo da divisória, montado com baguetes de alumínio próprios e com guarnições de borracha tipo EPDM.
6. As portas deverão vir completas, com dobradiças, maçanetas, fechaduras, chaves, entre outros componentes necessários para o perfeito funcionamento e acabamento da porta.
7. As divisórias deverão ser entregues instaladas nos locais indicados pela Fiscalização deste Tribunal, por mão-de-obra qualificada. Não serão aceitas divisórias montadas fora do prumo, fora de esquadro, fora de posição, com portas mal instaladas, com tipologia diferente do solicitado, ou ainda, com defeitos de acabamento ou montagem.
8. As divisórias deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias após a Ordem de Fornecimento.

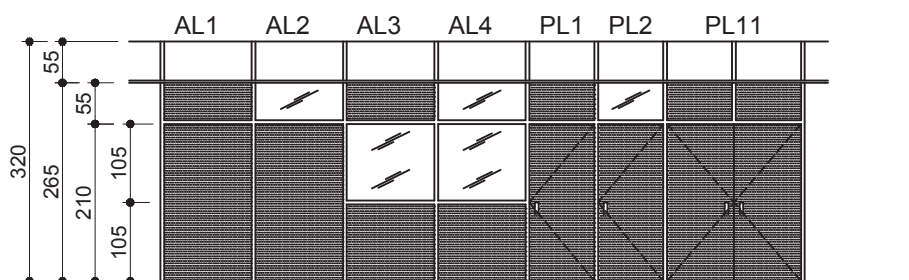
TIPOLOGIA DE DIVISÓRIAS

LOTE I - DIVISÓRIAS COM ESPESSURA ENTRE 90mm E 100mm



- M2 - Fechamento: painel - Bandeira: painel
- M3 - Fechamento: painel - Bandeira: vidro duplo
- M6 - Fechamento: meio painel + meio vidro duplo - Bandeira: painel
- M7 - Fechamento: meio painel + meio vidro duplo - Bandeira: vidro duplo
- PM2 - Porta: painel - Bandeira: painel
- PM3 - Porta: painel - Bandeira: vidro duplo
- PM11 - Porta dupla: painel - Bandeira: painel
- M9 - Fechamento integral: vidro duplo
- PM12 - Porta dupla: vidro duplo - Bandeira: painel
- PM13 - Porta dupla: vidro duplo - Bandeira: vidro duplo
- PM14 - Porta dupla: vidro duplo - Bandeira: vidro duplo

LOTE II - DIVISÓRIAS COM ESPESSURA DE 35mm



- AL1 - Fechamento: painel - Bandeira: painel
- AL2 - Fechamento: painel - Bandeira: vidro simples
- AL3 - Fechamento: meio painel + meio vidro simples - Bandeira: painel
- AL4 - Fechamento: meio painel + meio vidro simples - Bandeira: vidro simples
- PL1 - Porta: painel - Bandeira: painel
- PL2 - Porta: painel - Bandeira: vidro simples
- PL11 - Porta dupla: painel - Bandeira: painel

Obs.: as alturas de bandeiras e vão-luz do forro podem variar
as medidas informadas são meramente referenciais

*****CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL*****



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

AV. PRAIA DE BELAS, 1100, PORTO ALEGRE/RS - FONE 3255-2804
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS - SEMPRO@trt4.jus.br

REFORMA DO PRÉDIO-SEDE DO TRT4

PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS LEVES

TIPOLOGIAS DE DIVISÓRIAS

PRANCHA

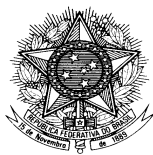
UNICA

ESCALA

S/ESC

DATA

DEZ/2014



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Processo AdmE 0000229-02.2015.5.04.0000

ANEXO II DO EDITAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº @/@"

Pregão Eletrônico nº 04/2015

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, com sede na Av. Praia de Belas, nº. 1100, em Porto Alegre, RS, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. **LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO / BÁRBARA BURGARDT CASALETI**, Diretora-Geral Substituta e a empresa listada abaixo, classificada em **primeiro** lugar no(s) grupo(s) @, @ do **Pregão Eletrônico nº 04/2015**, conforme resultado publicado no DOU do dia @, **resolvem REGISTRAR OS PREÇOS**, nos termos do art. 15 da Lei 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e dos Decretos nºs. 3.555/2000, 3.722/2001, 5.450/2005 e 7.892/2013 e das demais disposições que seguem:

DO OBJETO

1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual **aquisição de divisórias e portas para a reforma dos pavimentos 10 e 11 do prédio-sede deste Tribunal (Retrofit)**, visando atender às necessidades desse Tribunal, nas quantidades estabelecidas abaixo e em conformidade com as especificações técnicas constantes no **Anexo I** do Edital do Pregão Eletrônico 04/2015.

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Quant. Total	Preço unit. registrado (R\$)
1	1	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, e painéis e bandeiras com revestimento melamínico BP, preenchidas com lã de rocha (atenuação de 40dB), instaladas, conforme especificações técnicas e tipologia M2. Marca: _____.	m²	488	@
	2	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis com vidro laminado lapidado duplo integral do	m²	49	@

		piso ao forro, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia M9. Marca: _____.			
	3	Porta para divisória, de abrir, 0,90m de largura, 2,10m de altura, com revestimento melamínico BP em ambas as faces, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia PM2. Marca: _____.	un	47	@
	4	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de vidro duplo 3mm + pvb + 3mm laminado, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM13. Marca: _____.	un	3	@
	5	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM12. Marca: _____.	un	3	@
	6	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, pé direito integral, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM14. Marca: _____.	m²	3	@
2	7	Divisória leve 35mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis MSO revestidos em ambas as faces com revestimento melamínico cor "Areia Jundiá", montantes duplos, rodapés seccionados, inclusive portas, conforme especificações técnicas. Marca: _____.	m²	1.200	@
	8	Vidro liso incolor 4mm assentado sobre gaxetas de EPDM, incluindo baguetes de alumínio e demais acessórios necessários à montagem em divisórias,	m²	150	@

	conforme especificações técnicas. Marca: _____.			
Empresa				
C.N.P.J.M.F.				
Endereço				
Telefone				
E-mail				
Representante				
C.P.F				

1.1. Local da entrega: no local de instalação, no 10º e 11º pavimentos e no subsolo do prédio-sede deste Tribunal, situado na Av. Praia de Belas 1.100, em Porto Alegre/RS.

1.2. Prazo de entrega: 60 dias, contados da data de recebimento de cada Ordem de Fornecimento.

1.2.1. A alteração do prazo para entrega somente será admitida se presente alguma das hipóteses previstas no § 1.º do Art. 57 da Lei 8.666/1993. Os requerimentos de prorrogação de prazo para entrega de material deverão ser encaminhados, devidamente justificados, ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de **10 dias** do prazo final para cumprimento da obrigação.

1.2.2. A contratada deverá comunicar a data da entrega das divisórias ao Assistente-Chefe da Seção de Fiscalização, pelo telefone n.º (51) 3255-2236, com antecedência mínima de 2 dias úteis.

1.3. A contratação com o detentor do(s) preço(s) registrado(s) será formalizada por meio de emissão de nota de empenho, de acordo com a necessidade do órgão.

1.4. As demais condições de fornecimento constam no Edital Pregão Eletrônico nº 04/2015, e seus Anexos, que passam a fazer parte da presente Ata.

1.5. Antes da emissão da Nota de Empenho, este Tribunal realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como junto ao TST para fins de verificar a regularidade fiscal e trabalhista do detentor do(s) preço(s) registrado(s).

1.6. A garantia dos materiais será de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

2. Os preços registrados não obrigam o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região a firmar a(s) contratação(ões) que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro o fornecimento em igualdade de condições.

DAS ADESÕES

3. O órgão gerenciador da presente Ata será o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

4. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/2013, e na Lei nº 8.666/1993.

5. Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão

gerenciador.

6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

7. O quantitativo decorrente das adesões à presente Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado.

7.1. Não haverá possibilidade de utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, quando este TRT já houver adquirido a totalidade do quantitativo registrado.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A presente Ata terá validade de 12 meses, nos termos do inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

8.1. A vigência da presente Ata inicia em _____ e termina em _____.

DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/1993, modificada pela Lei nº. 9.648/1998, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

- a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações correspondentes, e;
- b) **definitivamente**, após a verificação da **qualidade do objeto** e consequente aceitação.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do registro de preços, contudo, poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos materiais registrados, **cuja negociação deverá observar as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666/1993.**

10.1. Na hipótese de fato superveniente que represente elevação de custos, diante da impossibilidade de honrar os preços registrados, caberá ao detentor do(s) preço(s) registrado(s) solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.

10.1.1. O beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá solicitar o reequilíbrio dos preços registrados, mediante requerimento por escrito, no qual deverá apresentar a **demonstração analítica** da variação dos preços registrados, além de caracterizar a **superveniência do fato ensejador** do desequilíbrio.

10.1.2. Os demais fornecedores integrantes da ata de registro de preços serão convocados para igual oportunidade de negociação.

10.1.3. O detentor do(s) preço(s) registrado(s) será liberado das obrigações assumidas, caso a comunicação ocorra **antes da emissão da nota de empenho**, desde que comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

10.2. Na hipótese de os preços registrados tornarem-se superiores aos valores praticados no mercado, caberá ao TRT da 4ª Região convocar o(s) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) integrante(s) da ata de registro de preços para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1. O(s) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados no mercado será(ão) liberado(s) dos compromissos

assumidos.

11. Não havendo êxito nas negociações, será revogada a Ata de Registro de Preços, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

12. O detentor do(s) preço(s) registrado(s) terá o seu registro cancelado, por meio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

12.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

12.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou;

12.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

13. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público;

II – a pedido do detentor do(s) preço(s) registrado(s).

14. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do detentor do(s) preço(s) registrado(s) aos órgãos participantes, se houver.

DO PAGAMENTO

15. Quando da aquisição dos materiais cujos preços encontram-se registrados, o pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil após a entrega do objeto, bem como do documento fiscal correspondente, na forma do item 39 do edital Pregão Eletrônico nº 04/2015.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16. Na hipótese de inexecução do objeto desta licitação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista no item 42 do edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015, poderão ser aplicadas à contratada, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do material não entregue, **ou, acaso caracterizada a inexecução da Ata de Registro de Preços, sobre o valor do saldo registrado.**

16.1. A inexecução da Ata de Registro de Preços poderá ser caracterizada pelo atraso na entrega de qualquer das aquisições dela decorrentes, a critério da Administração.

16.2. Na hipótese de o valor do saldo registrado na Ata de Registro de Preços ser inferior ao valor do material não entregue, sobre este incidirá a multa.

17. Na hipótese de atraso na **entrega dos materiais**, fica estabelecido, a título de multa, o percentual de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor **do material não entregue**, por dia de atraso, **até o limite de 80% (oitenta por cento) da multa por inexecução, prevista no item 16.**

18. Os valores devidos a título de multa serão descontados da fatura a que fizer jus a contratada ou da garantia prestada. Não se verificando as hipóteses anteriores, a contratada deverá efetuar o recolhimento do valor correspondente. Frustrada a cobrança, serão encaminhadas cópias do processo para inscrição da dívida junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, observados os limites propostos na Portaria MF nº 75/2012.

19. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento do detentor do(s) preço(s) registrado(s), este deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

19.1. Em qualquer caso, o detentor do(s) preço(s) registrado(s) será notificado por escrito, e terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar sua defesa.

20. Verificada a ocorrência de descumprimento durante a execução do contrato, será expedido ofício para apresentação de defesa prévia da contratada, que deve ser encaminhado por e-mail para o endereço clc.sancoes@trt4.jus.br, no prazo de 5 dias úteis.

20.1. A defesa prévia deverá ser acompanhada de eventuais provas ou de seu requerimento, na forma dos artigos 332 a 443 do Código de Processo Civil.

20.2. Da decisão proferida pela Administração, caberá recurso administrativo, no prazo de 5 dias úteis, que deverá ser entregue, na forma escrita, e protocolado na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre - RS.

20.3. A não observância dos prazos descritos neste item opera sua decadência.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21. A fiscalização da presente ata será exercida pelo **servidor Frederico Zerfass** e, nos impedimentos e/ou afastamentos legais, **por seu substituto**. Ao fiscal incumbirão as seguintes responsabilidades:

- a) acompanhar os prazos de execução e a qualidade demandada;
- b) verificar a conformidade do bem entregue com aquele contratado.

21.1. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo formalmente consignado nos autos e comunicado ao detentor do(s) preço(s) registrado(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

21.2. As informações e os esclarecimentos solicitados pelo detentor do(s) preço(s) registrado(s) poderão ser prestados pelo Fiscal do Contrato.

22. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 e divulgado no site www.trt4.jus.br.

23. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 04/2015.

24. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata.

E por estarem de acordo com as disposições contidas nesta Ata, assinam as partes o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma.

Porto Alegre/RS, @ de @ de 2015.

Pelo TRT da 4ª Região	Pelo detentor do(s) preço(s) registrado(s)
<div><div>LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO</div><div>BÁRBARA BURGARDT CASALETTI</div><div>Diretor-Geral</div><div>Diretora-Geral Substituta</div></div>	<div><div>@</div><div>Procurador / Diretor / Gerente / @</div></div>



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS @@/201@-@
CADASTRO RESERVA-1

8 de 8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Quant. Total a registrar	Preço Unitário (R\$)	Preço Total do item (R\$)
1	1	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, e painéis e bandeiras com revestimento melamínico BP, preenchidas com lã de rocha (atenuação de 40dB), instaladas, conforme especificações técnicas e tipologia M2. Marca: _____.	m²	488		
	2	Divisória leve 90 a 100mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis com vidro laminado lapidado duplo integral do piso ao forro, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia M9. Marca: _____.	m²	49		
	3	Porta para divisória, de abrir, 0,90m de largura, 2,10m de altura, com revestimento melamínico BP em ambas as faces, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, instalada, conforme especificações técnicas e tipologia PM2. Marca: _____.	un	47		
	4	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm + pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de vidro duplo 3mm + pvb + 3mm laminado, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM13. Marca: _____.	un	3		

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Quant. Total a registrar	Preço Unitário (R\$)	Preço Total do item (R\$)
	5	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm +pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, e bandeira de painéis com revestimento melamínico BP, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM12. Marca: _____.	un	3		
	6	Porta dupla para divisória, de abrir, 1,80m de largura, 2,10m de altura, vidro duplo incolor 3mm +pvb + 3mm laminado, completa, com fechadura, marco e ferragens, pé direito integral, mola hidráulica aérea, instalada. Tipologia PM14. Marca: _____.	m²	3		
VALOR DO GRUPO 1 (R\$)						
2	7	Divisória leve 35mm de espessura com estrutura de alumínio, painéis MSO revestidos em ambas as faces com revestimento melamínico cor "Areia Jundiá", montantes duplos, rodapés seccionados, inclusive portas, conforme especificações técnicas. Marca: _____.	m²	1.200		
	8	Vidro liso incolor 4mm assentado sobre gaxetas de EPDM, incluindo baguetes de alumínio e demais acessórios necessários à montagem em divisórias, conforme especificações técnicas . Marca: _____.	m²	150		
VALOR DO GRUPO 2 (R\$)						